

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL
REQUERIMENTO Nº DE 2025
(Da Sra. Carol Dartora)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os desafios da educação pública para migrantes em território brasileiro.

EXMO. SR. PRESIDENTE,

Com base nos arts. 24, inciso III e 255, do RICD, requeiro a Vossa Excelência a **realização de Audiência Pública, nos mês de agosto de 2025, ocasião em que ocorrerá o encontro da ANDIFES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, em Brasília**, para discutir os desafios da educação pública para migrantes em território brasileiro, com a finalidade de debater propostas e encaminhamentos que assegurem a inclusão efetiva dos migrantes no sistema educacional brasileiro, em todos os seus níveis.

Para a realização da audiência, sugerimos as/os seguintes convidadas/os:

1. Ministério da Justiça e Segurança Pública;
2. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome;
3. Ministério da Educação –MEC;
4. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ – SEED/PR
5. APP SINDICATO/PR



6. União da Comunidade dos Estudantes e Profissionais Haitianos - UCEPH;
7. SISMIGRA da Policia Federal;
8. Núcleo de Estudos Afro - Brasileiros e Indígenas - NEABI IFPR;
9. ACNUR-ONU;
10. Comissão Especial para o PNE - Câmara dos Deputados
11. Reitoria da UNILA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA;
12. Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação - CNTE;
13. Defensoria Pública da União;
14. Cáritas;
15. Governo Federal;
16. Governo do estado do Paraná
17. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania - MDH;
18. Associação dos Migrantes, Indígenas e Refugiados Foz- AMIRF;
19. Cátedras Sérgio Vieira de Melo;
20. Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil tem vivenciado um aumento significativo na chegada de migrantes e refugiados nos últimos anos, especialmente oriundos de países da América Latina, Caribe e África. Esse fluxo



migratório impacta diretamente as redes públicas de ensino, tanto na educação básica quanto no ensino superior, impondo **novos desafios à garantia do direito à educação universal, equitativa e de qualidade.**

Muitos migrantes enfrentam dificuldades para ingressar e se manter nos sistemas educacionais brasileiros devido a barreiras linguísticas, culturais, documentais e estruturais. Além disso, há obstáculos relacionados à conclusão dos estudos e à garantia de qualidade na aprendizagem, que afetam o desempenho acadêmico, a integração social e o acesso a oportunidades profissionais.

Esta audiência pública tem como finalidade reunir especialistas, gestores públicos, educadores, representantes da sociedade civil e da comunidade migrante para debater propostas e encaminhamentos que assegurem a inclusão efetiva dos migrantes no sistema educacional brasileiro, em todos os seus níveis.

A audiência visa discutir, nos diferentes níveis da educação pública, os seguintes aspectos:

No Ensino Fundamental e Médio:

1. Acesso: barreiras iniciais para matrícula e integração de crianças e adolescentes migrantes;
2. Permanência e Trajetória: políticas de acolhimento, adaptação linguística e cultural, combate à evasão;
3. Conclusão: fatores que dificultam a certificação e finalização do ciclo básico de ensino;



4. Qualidade da Aprendizagem: desafios pedagógicos frente à diversidade linguística e sociocultural.

No Ensino Superior (Graduação):

1. Acesso: ingresso de migrantes nas universidades públicas (ENEM, vestibulares, PEC-G, revalidação de documentos);
2. Permanência: políticas de apoio estudantil, bolsas, moradia e inclusão institucional;
3. Conclusão: taxas de retenção e fatores que impactam a conclusão dos cursos de graduação;
4. Qualidade da Formação: currículo sensível à diversidade, apoio acadêmico e equidade no ambiente universitário.

Diante disso, torna-se urgente e necessário o debate público, técnico e plural, tendo a realização desta audiência pública como instrumento fundamental para promover **políticas educacionais mais inclusivas, democráticas e sensíveis à realidade dos migrantes no Brasil**, garantindo o pleno exercício do direito à educação e a construção de um sistema educacional verdadeiramente acessível e acolhedor.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2025.

Carol Dartora
Deputada Federal PT/PR

